

Travar corrida ao crédito fácil

15/1/87

— Fazer do Metical um recurso escasso é valorizar a nossa moeda e, em particular, significa racionalizar as despesas das nossas empresas — disse o Primeiro-Ministro Mário Machungo quando falou da nova política de crédito em vigor desde os primeiros dias deste ano.

Detalhando os objectivos que se procuram atingir com a entrada em vigor desta nova política de crédito, que se insere, aliás, no plano global do Governo para a reabilitação económica, Mário Machungo disse que, com ela, pretendia-se restringir o recurso indiscriminado ao crédito e a prática de não se honrarem as responsabilidades assumidas junto da banca, por parte de empresas.

Referiu que, para conter esta corrida ao crédito, que para muitas direcções de empresas se havia tornado quase num estilo de «gestão», medidas foram adoptadas, visando tornar mais difícil e selectivo recorrer a ela, através do estabelecimento de limites globais e sectores para os montantes a conceder.

Para o efeito, Mário Machungo indicou que as taxas de juro, tanto de depósitos como de empréstimos, sofreram aumentos substanciais de modo a adequá-las à evolução da inflação, com a finalidade de tornar as poupanças mais atractivas e o crédito mais difícil e oneroso.

— Os Bancos têm de funcionar na base de critérios próprios de concessão de créditos e têm de ter garantias de retorno do crédito concedido. Os subsídios às empresas devem ser

assegurados pelo Orçamento do Estado e só em casos muito excepcionais — disse o Chefe do Governo.

A introdução de profundas alterações no procedimento e métodos de trabalho foi outro dos aspectos defendidos por Mário Machungo, como estando intimamente ligado às medidas económicas e financeiras ora anunciadas.

Para o Primeiro-Ministro, o resultado do trabalho individual e colectivo definido de forma objectiva e quantificada deve passar a ser utilizado como critério geral para a apreciação da actividade realizada aos vários níveis.

— As empresas têm de ser rentáveis e o critério de avaliação do seu mérito na economia nacional será a norma do lucro, o que pressupõe que as empresas, com os meios de que vão dispor e trabalhando com eficiente autonomia de gestão, devem ser eficientes. Para se avaliar correctamente a sua eficiência, devem possuir uma contabilidade bem organizada que lhes permita determinar correctamente todos os custos e proveitos. A actividade empresarial deve ser realizada de modo a tirar-se resultado máximo com menores encargos — definiu Mário Machungo.

Fazendo notar os fracos níveis de produção registados no último ano no nosso País, quando, conforme disse, em oito horas de trabalho diário só realizámos trabalho útil em apenas três horas, apontou para a necessidade de passarmos a produzir cinco

vezes mais numa hora de trabalho até 1990.

— Para isto basta que façamos do nosso posto de trabalho, desde o primeiro até ao último minuto, um local de produção efectiva, um centro de actividade produtiva intensa. Se assim fizermos, veremos o nosso rendimento nacional por habitante bastante multiplicado por cerca de quatro vezes o que terá reflexos positivos no nível de consumo do povo — disse o Primeiro-Ministro.